

BDA

Boletim de Direito Administrativo

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PELAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (Arthur Maciel Motta)	1
O ESTADO CONSUMIDOR: A VULNERABILIDADE POR TRÁS DA SUPREMACIA (Carmen Cecilia Codorniz Prado Leitão)	36
PARECER JURÍDICO E RESPONSABILIDADE (Denilson Marcondes Venâncio)	50
A DIMENSÃO POLÍTICA DO BIODIREITO (Antonio da Silva Campos Junior)	70

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – Inexistência no Estado-membro de órgão estatal destinado à orientação jurídica e à defesa dos necessitados – Autorização e regulamentação da prestação de serviços pela OAB/SC – “Defensoria Pública Dativa” – Dispositivo da Constituição Estadual e lei complementar estadual – Inconstitucionalidade – Afronta à dignidade da pessoa humana e ao princípio federativo – Continuidade dos serviços prestados mediante convênio com a autarquia pelo prazo de um ano (STF)	81
DELEGATÁRIO DE SERVIÇO PÚBLICO – Cartório extrajudicial – Ocupação concomitante do cargo de Procurador da Fazenda Nacional – Incompatibilidade – Processo administrativo disciplinar – Inexistência de vícios formais e de violações substantivas – Alegado gozo de licença-prêmio – Não desconstituição do vínculo estatutário – Pretensa outorga do direito de opção – Impossibilidade – Agente público que respondia a processos disciplinares e sindicância – Perda da delegação – Aplicação do art. 25 da Lei nº 8.935/1994 (STJ)	93
EMPRESA PÚBLICA – Instituição financeira – Gerente-Geral de agência – Deflagração de transtorno afetivo bipolar – Labor em ambiente opressivo – Predisposição do obreiro à patologia – Concausalidade – Redução do valor da indenização por danos morais – Observância da extensão e potencialidade do dano – Critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (TST)	99
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Polícia Federal – Suspensão das atividades de empresa de vigilância – Reconhecimento da ilegalidade do ato administrativo – Responsabilidade objetiva caracterizada – Indenização por danos morais causados a pessoa jurídica e pelos lucros cessantes demonstrados – Não cabimento de indenização por danos extrapatrimoniais das pessoas físicas administradoras da empresa e por danos materiais (TRF4ªR) ...	108
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM) – Ex-Diretor-Geral – Contas julgadas regulares com ressalvas – Superveniente constatação de irregularidades ocorridas no exercício – Recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) – Inexecução de serviços em edifício-sede – Pagamento antecipado – Liquidação irregular de despesas – Dano ao Erário – Condenação em débito solidária do ex-gestor e da construtora – Aplicação de multa (TCU)	112

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO AO FINAL